

na; Antonio Carlos de Morais Sales — diretor da Mogiana e acionista da Companhia Arens em Campinas; Gabriel e Isamel Dias da Silva — Estrada de Ferro Bragantina, Companhia Industrial Rodovalho, Cia. Industrial de São Paulo além do já citado Banco dos Lavradores; Lins de Vasconcelos — Bragantina, Banco dos Lavradores, Cia. Lupton; Rodolpho Miranda, Antonio Alves de Carvalho — Banco Comercial Paulista e Companhia Fábrica de Tecidos de Piracicaba (88).

É certo de que muitas destas empresas não resistem ao tempo enquanto tal. Alguns bancos cerram suas portas, empresas comerciais e industriais perdem sua forma de sociedades anônimas ou mesmo são liquidadas, estradas de ferro são alienadas (São Paulo-Rio de Janeiro para Central do Brasil; Bragantina para empresa inglesa). De qualquer modo, parece subsistir um núcleo sólido que mantém a mesma articulação entre grandes empresas de setores distintos, articulação essa que, a nosso ver foi desfeita apenas na década de vinte, como mostramos adiante.

A Associação Comercial de São Paulo expressa de modo nítido esse conjunto de atividades desenvolvidas com núcleo na capital do Estado. Sua primeira diretoria incluía: Antonio Proost Rodovalho, Antonio de Lacerda Franco, Alexandre Siciliano, José Duarte Rodrigues (do Banco do Crédito Real) e José Paulino Nogueira (Cia. Mogiana e Cia. Arens) (89). O curioso é que dois anos depois de formada a Associação Comercial — em 1896 — uma comissão da Associação dos Agricultores era composta por Antonio da Silva Prado (Banco do Comércio e Indústria, Companhia Paulista, Companhia Central Paulista, Vidraria Santa Marina, Cortume da Lapa), Francisco A. de Souza Queiroz (Companhia Paulista, Banco do Comércio e Indústria, Companhia Mecânica e Importadora), Domingos de Morais (Companhia Paulista, Banco União de São Paulo), Rodolpho Miranda (Banco Comercial Paulista, Fábrica de Tecidos de Piracicaba), entre outros (90). Evidentemente, embora pudessem ser também fazendeiros, suas preocupações já não espelhavam os problemas peculiares dos agricultores.

Já notamos que a crise bancária de 1900/1 reflete-se em São Paulo de modo a reduzir o número de bancos nacionais: a rigor, apenas o Banco Comércio e Indústria e o de São Paulo mantêm suas atividades. Como notamos, o núcleo mais sólido do grande capital não só resiste à crise, como também reforça os vínculos que o unem. Isto torna-se claro ao observarmos a quase identidade entre a administração do Banco do Comércio e Indústria e da Companhia Paulista nestes anos iniciais do século: Antonio Prado e Francisco A. Souza Queiroz eram diretores das duas empresas; J. Álvares Rubião Júnior e J. Queiroz Lacerda, diretores do Banco, faziam parte do Conselho da ferrovia; Bento José de Carvalho era conselheiro das duas empresas. Por seu turno, o Conde Prates, diretor do Banco de São Paulo o era da estrada de fer-

---

(88) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 27/6/1899, p. 1412.

*Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 25/7/1899, p. 1680.

*Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 27/6/1899, p. 1412.

*Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 22/1/1899, p.p. 196-7.

*Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 12/7/1903, p. 1405.

(89) *Relatório da Associação Commercial de São Paulo. Anno de 1895*; citado, p. 9.

(90) *Diário Popular*. 3/9/1896, p.b. Seção Livre. Congresso da Lavoura.

ro e Lacerda Franco continuava na diretoria da Paulista (91).

A primeira década do século presencia, no entanto, outros movimentos significativos. Em 1901 é formado o Banco Commerciale Italiano di São Paulo, cujos diretores eram G. Puglisi, M. Gatti, F. Matarazzo, E. Falchi e E. Pinotti Gamba, todos imigrantes e vinculados, nesse momento ou logo depois, à atividade industrial (92). Os bancos da indústria não chegam a se firmar; sua duração é pequena, embora possamos encontrar, nos anos vinte, seções bancárias de grandes indústrias.

Esse mesmo banco, no entanto, é prenúncio de outra tendência marcante na década seguinte, tendência associada a movimento mais amplo de penetração do capital estrangeiro não só no setor bancário, mas em diversas atividades (93). Em 1910, esse banco faz acordo operacional com Banque de Paris et des Pays Bas. No mesmo ano, ao se anunciar a instalação de novo banco estrangeiro — Banca Francesa e Italiana per l'America del Sud — as operações do Banco Commerciale Italiano são transferidas para aquele estabelecimento estrangeiro. O dado adicional, esclarecedor, é a presença, entre os subscritores de ações da Banca Francesa, da Société Générale (de Paris) e Banque de Paris et des Pays Bas (94). Estas duas instituições, ao mesmo tempo, estão presentes como importantes acionistas da Companhia Mogiana e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Como sabemos, estas investidas do capital estrangeiro ligam-se ao nome de Percival Farquhar cujos interesses não se limitam a essas duas empresas: tem ligações com o grupo Light, é arrendatário da Sorocabana e de outras estradas de ferro menores (Araraquara, São Paulo-Goiás, Dourado), além de manter, em outros estados do Brasil, múltiplos interesses nos setores de transportes, energia, frigoríficos etc. (95).

Os mesmos grupos financeiros participavam ainda do financiamento do setor público: em 1908, Société Générale e Banque de Paris et des Pays Bas, ao lado de J. H. Schroeder, emprestam £ 15.000.000 para o governo do Estado de São Paulo a fim de consolidar os estoques de café adquiridos no esquema de valorização (96).

Podemos, portanto, concluir que a primeira década deste século foi particularmente favorável à entrada de capital estrangeiro. Mais do que o próprio *Funding-Loan* de 1898, o Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão criaram tais condições para o capital estrangeiro: o Convênio de Taubaté ao impor os empréstimos externos como fonte de recursos para a compra de estoques excedentes de café; a Caixa de

- 
- (91) *Diario Official do Estado de São Paulo*. 2/3/1904, p. 390.  
*Diario Official do Estado de São Paulo*. 5/4/1904, p. 612.  
*Diario Official do Estado de São Paulo*. 7/7/1907, p.p. 1929-30.
- (92) MARTINS, J. de S. *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa*. 2ª ed., S. Paulo, Hucitec, 1973, p. 32.
- (93) SAES, F. A. M. de. *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*, citado, Cap. 3.
- (94) *Diario Official do Estado de São Paulo*. 8/5/1910, p.p. 1430-2.  
*Diario Official do Estado de São Paulo*. 29/9/1910, p. 3077.
- (95) GAULD, C.A. *The Last Titan: Percival Farquhar*. Stanford (California), Stanford University, 1964.
- (96) Camara dos Deputados do Estado de São Paulo. *Annaes de Sessão Ordinária de 1909*. s. 1., s.c.p., 1910, p. 39.

Conversão, ao fixar uma taxa que favorecia a entrada de divisas estrangeiras. Desse modo, o país passa a atrair capitais exportados dos países europeus, em especial. A economia paulista é objeto das investidas desses capitais dadas as oportunidades de investimentos (em velhas ou novas empresas) que oferecia.

Dentro desse quadro, apenas as instituições bancárias nacionais mais sólidas conseguem manter-se: no caso, o Banco do Comércio e Indústria e o Banco de São Paulo. Por outro lado, os bancos estrangeiros, em particular os que mantinham vínculos com os capitais que aqui vinham ser investidos ou que financiavam o setor público, podiam avançar rapidamente na conquista do mercado de crédito nacional.

Os eventos que cercam a Primeira Guerra Mundial conduzem ao retorno de capitais aqui investidos; ao mesmo tempo, o grupo Farquhar tende a perder sua posição em várias empresas anteriormente controladas. Os bancos estrangeiros também sofrem os efeitos de tais mudanças, mas continuam a manter importante parcela do crédito em São Paulo.

O surgimento do Banco Comercial do Estado de São Paulo em 1912, e seu rápido crescimento, permitem identificar movimento que culmina nos anos vinte: o da desagregação do grande capital articulado em torno da atividade cafeeira.

O Banco Comercial foi incorporado por José Maria Whitaker e Erasmo Teixeira de Assumpção, à época comerciantes de café em Santos. A presidência foi entregue a José Paulino Nogueira, então presidente da Companhia Mogiana (97). Aparentemente, o Banco Comercial seria uma nova expressão da mesma articulação do grande capital: comércio, transportes e grandes fazendeiros. A história do Banco, no entanto, desloca-o desse quadro. Basta lembrar que Whitaker, ao fundar o banco, liquida sua casa comissária (embora mantivesse a sociedade numa casa de exportação), transfere sua residência para São Paulo e assume exclusivamente as funções de banqueiro. De certo modo, o próprio desenvolvimento da economia paulista parece impor, em torno da Primeira Guerra Mundial, a especialização do capital (e do capitalista).

Tentemos explicitar os traços essenciais desse processo. Em linhas gerais, o capital cafeeiro se definia por sua origem ligada à produção cafeeira ou por sua reprodução diretamente vinculada ao café. O capital cafeeiro mostrava várias faces — comercial, bancária, industrial — e associava essas atividades à grande propriedade rural; por outro lado, pequenos e médios proprietários de terras, voltados exclusivamente à lavoura, buscavam nesse termo — “lavoura” — identificar-se enquanto grupo específico na sociedade paulista e, ao mesmo tempo, distinguir-se do grande capital.

A unidade do grande capital, no entanto, tende a romper-se com o próprio desenvolvimento da economia cafeeira. Enquanto a produção cafeeira encontra limites progressivos à sua expansão — mercado externo, crises cíclicas, acesso ao crédito etc. — as demais faces do capital cafeeiro não sofrem de modo tão acentuado essas restrições. Em outros termos, o ritmo de acumulação nos diversos segmentos do capital cafeeiro difere substancialmente. Em particular, a diversificação da economia paulista nos anos vinte (outros produtos agrícolas, tais como gêneros alimentícios;

---

(97) WHITAKER, J. M. *O Milagre de Minha Vida*. S. Paulo, Hucitec, 1978, p. 30.

pecuária; desenvolvimento industrial e de serviços urbanos) criava, para o grande capital, novas oportunidades de investimento, mesmo que para tanto tivesse que concorrer, por exemplo, com o capital estrangeiro.

Em outras palavras, o próprio desenvolvimento do capital cafeeiro criava as condições que conduziam (ou as contradições que impunham) a desagregação do grande capital. Não era mais possível, ao mesmo grupo, atender de modo consistente, aos múltiplos interesses que se delineavam com a diversificação da economia. É claro, a própria capacidade financeira desses grupos era colocada em questão: na segunda metade do Século XIX, um grupo reduzido de pessoas e famílias pode levar adiante a maior parte das empresas ligadas à expansão cafeeira (comércio, transportes, financiamento e, em parte, a própria produção). Nos anos vinte deste século, a dimensão da economia amplia-se de tal modo que não é mais possível a esse grupo manter o controle desse conjunto de empreendimentos.

Há indicações claras de que a desagregação do grande capital já se manifesta nos anos vinte, com sua contrapartida necessária, qual seja, a progressiva identificação das diferentes frações do capital.

Em 1924, forma-se a Associação dos Bancos de São Paulo, nesse momento ainda como seção da Associação Comercial (98). A Associação Comercial fora, desde sua fundação em 1894, o porta-voz do grande capital, impondo-se mesmo sobre frações particulares não identificadas com ele (a exemplo da indústria). Ao formarem uma associação específica, os banqueiros parecem afirmar que a Associação Comercial não mais podia expressar seus interesses sem entrar em conflito com os dos demais grupos representados na mesma associação.

Em 1928, o mesmo fato se repete com a indústria que se destaca da Associação Comercial para formar o Centro das Indústrias de São Paulo. Esta cisão está cercada por outro conflito, no seio da Associação Comercial, no mesmo ano de 1928. Duas chapas apresentam-se para a eleição a ser realizada nesse ano e as polêmicas refletem não apenas conflitos entre a indústria e outros setores, mas também os diferentes alinhamentos partidários que se verificam nesse momento (ao lado do Partido Republicano Paulista ou do Partido Democrático) (99).

Mais uma vez evidencia-se a impossibilidade, nos anos vinte, da Associação Comercial comportar dentro dela as diversas frações do capital, sob a tutela do grande capital em desagregação.

---

(98) FONTENLA, V. P. *História dos Bancos no Brasil*. Rio de Janeiro, d.c.p., 1965, p. 48. Os seguintes bancos estavam presentes na Associação dos Bancos de São Paulo: Banco do Brasil, Comercio e Industria de São Paulo, Comercial de São Paulo, Banco de São Paulo, Hipotecário Agrícola do Estado de Minas Gerais, Noroeste do Estado de São Paulo, London & South America, Francese e Italiana per l'America del Sud, City Bank, Italo-Belge, British Bank of South America, Brasilianische Bank für Deutschland, Royal Bank of Canada, Alemão Transatlântico, Holandês da América do Sul e Português do Brasil.

(99) *O Estado de São Paulo*. 10/2/1928, p. 11. "Resumo do Relatório da Associação Comercial de São Paulo".  
*O Estado de São Paulo*. 15/1/1928, p. 7. "Associação Comercial - As próximas eleições".  
*O Estado de São Paulo*. 13/1/1928, p. 11. "Em torno das eleições"; "Está declarada a luta na Associação Comercial"; "O caso da Associação Comercial".

Sob tal perspectiva, torna-se claro o desenvolvimento dos bancos nos anos vinte. Eles adquirem agora a sua identidade, rompem progressivamente os vínculos com os demais setores. A figura antes comum — do fazendeiro, comerciante, banqueiro, diretor de estradas de ferro, industrial, tudo a um tempo — cede lugar a novos personagens que se definem fundamentalmente ou exclusivamente pelo vínculo com uma fração do capital: Whitaker, Macedo Soares, Numa de Oliveira, Silva Gordo são nomes que se identificam com o capital bancário, mesmo que tenham vínculos com outros setores da economia.

#### 4. O Sistema Bancário e as Flutuações Conjunturais

A própria característica da economia paulista na Primeira República nos propõe a hipótese que informa este tópico: a exportação de café, elemento dinâmico da economia, está sujeita a constantes flutuações. Quais seriam os reflexos esperados de tais flutuações sobre o sistema bancário?

Não é difícil imaginar um mecanismo típico que propagasse os efeitos da mudança no valor das exportações de café. Ao se reduzir a exportação de café, dois resultados podem ser previstos. De imediato, o câmbio se vê pressionado para baixo dada a menor disponibilidade de divisas para fazer frente às importações e aos pagamentos em “ouro” ao exterior (juros e amortização da dívida externa, remessa de lucros etc.). Mais adiante, há menor importação — fruto do impacto negativo de menores exportações sobre a renda interna — que conduz a receita alfandegária para níveis inferiores. Desse modo, é provável que o Governo seja obrigado a autorizar emissões de moeda, seja para fazer frente ao *déficit* orçamentário, seja para restaurar a circulação monetária caso esta fosse anteriormente fundada em “ouro” (como durante a existência da Caixa de Conversão), ou ainda para prover os meios para a defesa da produção cafeeira em crise. O sistema bancário seria beneficiário, direto ou indireto, dessas emissões já que teria seus cofres alimentados por novos elementos em circulação. Mesmo que haja redução no nível da taxa de juros, é provável que esse efeito seja compensado pelo maior volume de operações realizadas. Isto supõe que a crise se localize no setor exportador de modo que haja demanda de outros ramos por novos empréstimos, a realizar com os recursos nascidos das emissões.

Recuperadas as exportações, é provável que se restaure também a imagem da conversibilidade da moeda, cujo passo prévio consiste na redução do papel-moeda emitido. Os efeitos seriam simétricos aos acima apontados para o caso de emissões. Poder-se-ia esperar a retração do sistema bancário nessa conjuntura.

O esquema sucinto acima delineado procura estabelecer relações entre as exportações de café, a política monetária e o estado do sistema bancário, dadas as características da economia paulista. Cabe observar em que medida tal esquema se sustenta no confronto com a evidência disponível, em particular quanto ao objeto específico do estudo, ou seja, o sistema bancário.

Os dados das Tabelas 11, 12 e 13 permitem acompanhar, ao longo da Primeira República, tais efeitos. Evidentemente, as situações reais não reproduzem exatamente o esquema apresentado, mas permitem estabelecer alguns parâmetros para sua análise.

TABELA 11

## CAFÉ – SACAS ENTRADAS EM SANTOS

Quantidade – mil sacas  
 Preço médio por kg – réis  
 Valor total – mil contos de réis

ANO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR TOTAL	ANO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR TOTAL
1890	2.952	\$785	189	1910	8.110	\$587	286
91	3.686	1\$004	222	11	9.972	\$794	475
92	3.256	1\$184	231	12	8.585	\$796	410
93	1.686	1\$477	149	13	10.855	\$574	374
94	4.007	1\$389	334	14	9.498	\$470	268
95	3.094	1\$426	265	15	11.745	\$530	373
96	5.104	1\$098	336	16	9.803	\$643	378
97	6.152	\$911	336	17	12.144	\$485	353
98	5.570	\$788	263	18	7.898	1\$163	560
99	5.712	\$760	260	19	4.164	1\$636	409
1900	7.973	\$616	295	1920	10.509	1\$039	655
01	10.165	\$524	320	21	8.178	1\$710	839
02	8.350	\$462	232	22	6.812	2\$320	948
03	6.397	\$520	199	23	10.326	2\$785	1.725
04	7.423	\$581	259	24	8.896	4\$020	2.146
05	6.983	\$449	188	25	9.079	2\$859	1.557
06	15.392	\$421	389	26	9.479	2\$551	1.451
07	7.204	\$411	178	27	10.254	3\$016	1.886
08	9.533	\$390	223	28	8.884	3\$060	1.631
09	11.495	\$416	287	29	9.638	1\$817	1.051
				1930	11.731	1\$861	1.147

Fonte: ARAÚJO FILHO, J. R. *Santos o Porto do Café*. Rio de Janeiro, IBGE, 1969, p.p. 172-5.

Obs.: Os dados de 1890 correspondem à safra de 1890/91 e assim por diante.

TABELA 12

PAPEL-MOEDA EMITIDO  
Saldo no fim do ano -- mil contos de réis

ANO	PME	ANO	PME	ANO	PME	ANO	PME
1890	298	1901	680	1911	982	1921	2.098
91	448	02	676	12	1.004	22	2.366
92	524	03	675	13	897	23	2.649
93	632	04	674	14	980	24	2.964
94	712	05	669	15	1.077	25	2.707
95	678	06	702	16	1.217	26	2.559
96	712	07	744	17	1.484	27	3.005
97	780	08	724	18	1.700	28	3.379
98	780	09	854	19	1.748	29	3.394
99	734	1910	925	1920	1.848	1930	2.842
1900	700						

Fonte: VILLELA, A. V. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira. 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973, p.p. 412-3.

Sabemos que a década de noventa registra movimento característico. O papel-moeda emitido é quase triplicado e o valor em mil-réis das exportações de café apresenta ganhos substanciais, fruto do aumento das exportações e do declínio cambial, mesmo quando o preço internacional já começava a reduzir-se. A partir de 1896, surgem os sintomas da crise cafeeira: queda do preço em mil-réis e menor valor de exportações (100). Tal crise já devia afetar os bancos paulistas, embora de modo pouco profundo. Ela se consuma, no entanto, quando a crise cafeeira, se associa à política deflacionista do governo Campos Sales. A redução de depósitos e empréstimos é substancial; já o nível de caixa eleva-se, em termos relativos (principalmente aos depósitos), já que era preciso fazer frente ao maior risco de insolvência.

Mantida a situação de crise para a economia cafeeira e mantida a política monetária restritiva, também a situação do sistema bancário não se altera. Até 1906, os níveis monetários de depósitos e empréstimos são inferiores aos de 1899. Sabemos também da liquidação de grande número de bancos nesses anos, fato que reforça a visão de crise do sistema bancário que tentamos traçar.

(100) Os dados da Tabela 11 referem-se às entradas de café em Santos e a seu valor de acordo com o preço médio do ano. No texto referimo-nos, por comodidade, ao valor de exportações, embora o dado apresentado não seja exatamente esse. Preferimo-lo, no entanto, ao valor total das exportações de café por estar mais diretamente relacionado ao que ocorre na economia de São Paulo.

TABELA 13

*SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO*  
Valores em mil contos em 31 de dezembro

ANO	CAIXA	DEPÓSITOS	EMPRÉSTIMOS	ANO	CAIXA	DEPÓSITOS	EMPRÉSTIMOS
1895	39	106	121	1913	70	198	282
96	43	111	119	14	118	221	237
97	64	132	126	15	124	285	204
98	69	113	132	16	128	305	265
99	62	123	142	17	140	353	333
1900	49	89	89	18	189	502	445
01	59	108	128	19	222	759	605
02	42	93	125	1920	354	898	846
03	43	83	127	21	432	1.093	1.018
04	41	84	77	22	449	1.270	1.040
05	34	87	94	23	493	1.462	1.475
06	34	96	97	24	501	1.529	1.605
07	46	123	115	25	484	1.596	1.571
08	46	105	115	26	568	1.892	1.679
09	88	171	109	27	703	2.484	2.316
1910	76	184	160	28	626	2.642	2.442
11	121	303	243	29	603	2.116	2.201
12	87	261	274	1930	519	2.129	2.273

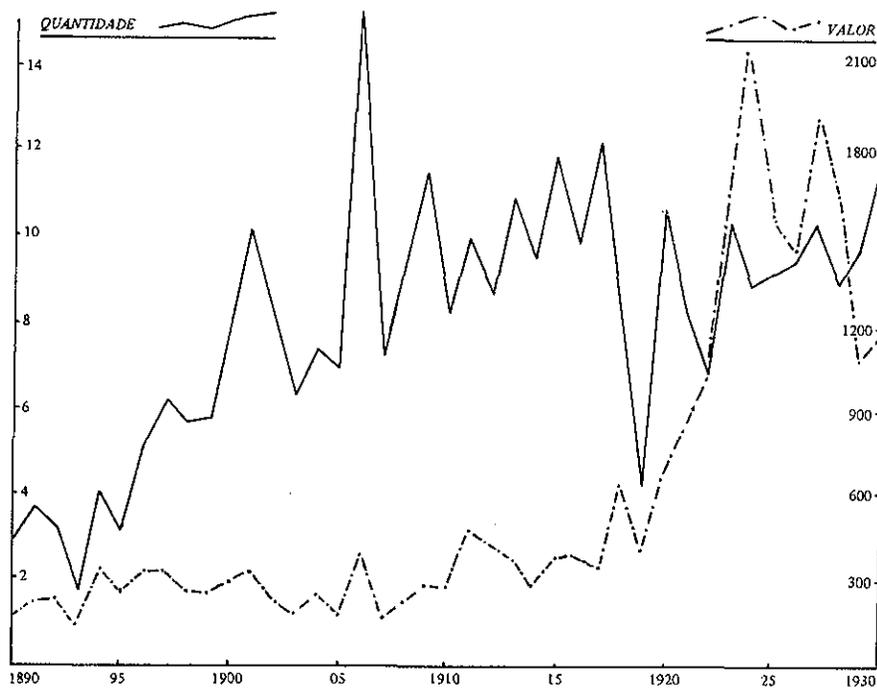
143

Fonte: Ver Apêndice.

A partir de 1906, sob novo esquema institucional (valorização do café e Caixa de Conversão), observamos a reversão da tendência até aqui anotada. Há lenta recuperação do valor do café, o papel-moeda emitido aumenta progressivamente (agora com lastro integral em divisas para as novas emissões) e o sistema bancário passa a receber os influxos da nova situação. Depósitos e empréstimos elevam-se rapidamente até o início da Primeira Grande Guerra. Em 1913 e 1914, respectivamente, depósitos e empréstimos perdem quantias substanciais. Ao mesmo tempo, o valor do café exportado se reduz e, com o fechamento da Caixa de Conversão, diminui o volume de papel-moeda.

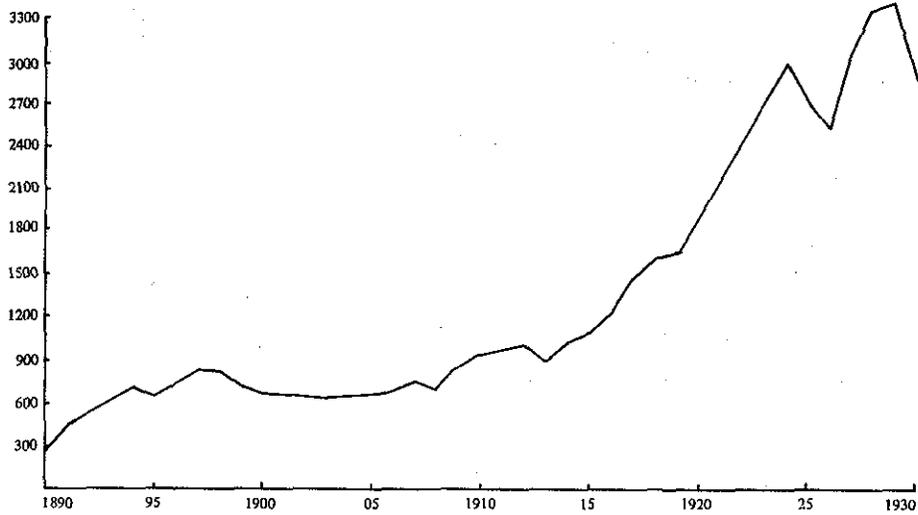
É claro, até aqui o paralelismo entre o comportamento das séries observadas (como mostram os Gráficos 1, 2 e 3), torna difícil perceber-se peculiaridades significativas. De qualquer modo, as relações estabelecidas no esquema genérico são respeitadas, ainda que as circunstâncias não sejam aquelas ali colocadas. O sistema bancário retrai-se ao haver redução do papel-moeda emitido ou crise na exportação de café.

**GRÁFICO 1**  
**CAFÉ – SACAS ENTRADAS EM SANTOS**  
Quantidade (milhões de sacas)  
Valores em mil contos de réis



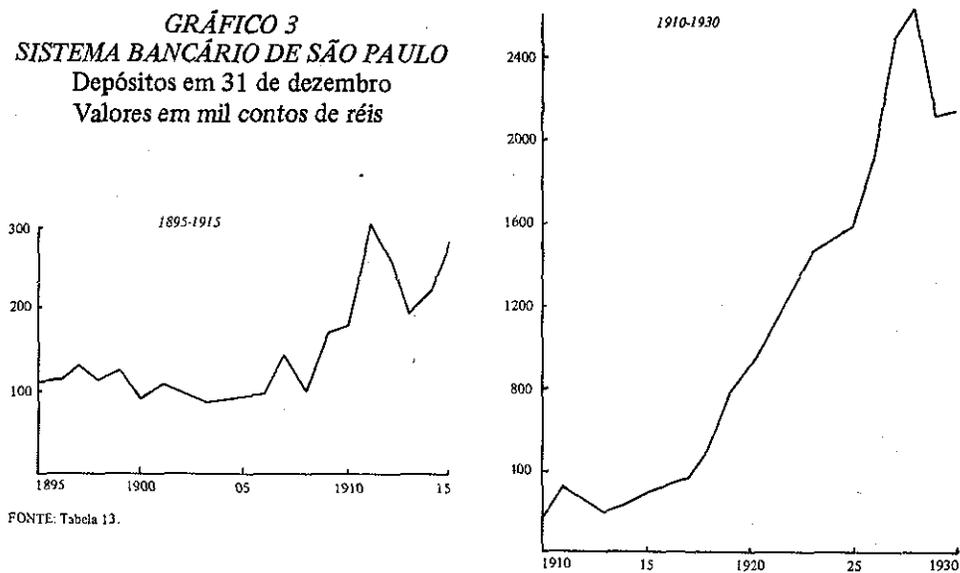
FONTE: Tabela 11.

**GRAFICO 2**  
**PAPEL-MOEDA EMITIDO**  
 Saldo em 31 de dezembro  
 Valores em mil contos de réis



FONTE: Tabela 12.

**GRÁFICO 3**  
**SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO**  
 Depósitos em 31 de dezembro  
 Valores em mil contos de réis



FONTE: Tabela 13.

Durante a Primeira Guerra observa-se, no entanto, o surgimento de certa defasagem entre as curvas indicativas das variáveis em exame. A emissão não lastreada que se realiza nesses anos parece alimentar mais o sistema bancário do que a economia cafeeira.

Apesar da recuperação do valor de café exportado nos anos vinte, a marca da mudança ocorrida durante a Primeira Guerra Mundial mantém-se. A evidência de tal fato pode ser observada na Tabela 14, em que apresentamos as relações entre depósitos bancários, papel-moeda em circulação e valor de café (em mil-réis) que entra em Santos a cada ano.

**TABELA 14**  
**DEPÓSITOS NO SISTEMA BANCÁRIO DE SÃO PAULO, VALOR DO CAFÉ**  
**EM SANTOS E PAPEL-MOEDA EMITIDO**  
Relações percentuais

ANO	DEPÓSITOS VALOR CAFÉ	DEPÓSITOS PME	ANO	DEPÓSITOS VALOR CAFÉ	DEPÓSITOS PME
1895	40,0	15,6	1913	52,9	22,1
96	33,0	15,6	14	82,5	22,6
97	39,3	16,9	15	76,4	26,5
98	43,0	14,5	16	80,7	25,1
99	47,3	16,8	17	100,0	23,8
1900	30,2	12,7	18	89,6	29,5
01	33,8	15,9	19	185,6	43,4
02	40,1	13,8	1920	137,1	48,6
03	41,7	12,3	21	130,3	52,1
04	32,4	12,5	22	134,0	53,7
05	46,3	13,0	23	84,8	55,2
06	24,7	13,7	24	71,3	51,6
07	69,1	16,5	25	102,5	59,0
08	47,1	14,5	26	130,4	73,9
09	59,6	20,0	27	131,7	82,7
1910	64,3	19,9	28	162,0	78,2
11	63,8	30,9	29	201,3	62,3
12	63,7	25,9	1930	185,6	74,9

FONTE: Ver Tabelas 11, 12 e 13.

Embora tais relações não tenham significado teórico específico, a análise de suas tendências é extremamente reveladora. O traço marcante das duas séries está na proporção crescente dos depósitos bancários em São Paulo diante do valor do café e do papel-moeda emitido.

Evidentemente, por trás do crescimento das duas relações há um elemento comum: o próprio desenvolvimento do sistema bancário em São Paulo. Ao longo deste capítulo, procuramos mostrar que, apesar de crises recorrentes, o sistema bancário ganha densidade ao longo da Primeira República. O resultado de tal desenvolvimento consiste em concentrar a maior parte do papel-moeda emitido nos bancos com a conseqüente redução do papel-moeda em poder do público. Em outras palavras, cada vez guarda-se menos dinheiro “debaixo do colchão”. Embora não tenhamos dados para confirmar essa tendência, ela parece bastante plausível e mesmo necessária para garantir a expansão verificada no sistema bancário de São Paulo. Por outro lado, embora ela possa responder por parte do aumento das relações indicadas, não deve ser a única responsável por esse resultado. Vejamos porque.

Os depósitos, nos anos noventa e mesmo na primeira década deste século, correspondem a cerca de 40% do valor do café exportado; nos anos vinte, depósitos e exportações de café (por Santos) se equivalem ou os depósitos chegam até a superar o valor das exportações. Não podemos explicar tal incremento apenas por reduzir-se a parcela de papel-moeda em poder do público. Há, sem dúvida, outro efeito claramente surpreendido na observação constante do relatório do Banco Comércio e Indústria referente a 1927:

“No ano de 1927 foi particularmente notável a massa de numerário remetida para o interior pelos bancos de São Paulo, em virtude das avultadas compras de café ali realizadas pelo comércio de Santos. Grande parte desse dinheiro fica em poder do colono, mas uma porção considerável aos poucos se vai empregando na compra de mercadorias indispensáveis à vida, aumentando assim o volume das operações comerciais com os centros distribuidores. Esse fenômeno de volta do numerário já começava a fazer-se notar nos últimos meses do ano e agora está francamente manifesto” (101).

Reconhecemos, claramente, nessa descrição o funcionamento do chamado “multiplicador de renda”: o impulso dado pela exportação de café não se esgota em si próprio mas amplia-se rumo a outros setores que vendem mercadorias para o interior. Mais importante ainda: o efeito sobre o sistema bancário não será apenas o de deslocar-se papel-moeda das mãos do público para os cofres dos bancos. Há, isso sim, base para o funcionamento do mecanismo de multiplicação de depósitos e empréstimos pois agora entram no circuito os “centros distribuidores”.

Trata-se, sem dúvida, da expansão das atividades voltadas ao mercado interno que englobam não só produção industrial mas também a produção mercantil de alimentos que ganha força depois de 1918 (102).

Esse mesmo fato permite entender a crescente proporção dos depósitos do sistema bancário de São Paulo face ao papel-moeda emitido. Como frisamos, a relação em si nada significa; seria necessário dispor de outros dados (depósitos de todo o país, papel-moeda em poder do público, por Estados) para poder concluir de modo

---

(101) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 24/2/1928, p. 1735.

(102) Ver CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977. Cap. II.

definitivo. O que sugere, no entanto, essa relação crescente no tempo é a absorção progressiva de papel-moeda pela economia paulista. Ou seja, a expansão das atividades em São Paulo passava a atrair papel-moeda em proporção crescente diante do resto do país.

Há também expressivas indicações de que outros grupos, não diretamente ligados ao café, passavam a manifestar-se em relação à política monetária e agora já sem necessidade de terem como ponto de referência o próprio café.

Como sabemos, no ano de 1924 é decidida a implementação de política deflacionista que reduz rapidamente em cerca de 10% o volume de papel-moeda emitido. Roberto Simonsen assim apreciava os resultados de tal política:

“No entanto, em 1925 foi alterada a política financeira começada em 1923, iniciando-se violenta deflação que ocasionou uma grave crise para as classes produtoras do país. A lavoura cafeeira pode ser amparada por uma operação de crédito externo feita pelo Instituto do Café, mas as classes industriais experimentaram todas as agruras provindas de uma rápida deflação e de uma alta do câmbio de 30% em menos de três meses. As indústrias de São Paulo sofreram ainda mais devido ao congestionamento do Porto de Santos e à grande crise de energia elétrica provocada pela seca. Não é exagerado dizer-se que a indústria paulista deve ter perdido, na crise de 1925, recursos equivalentes a 40% de seus capitais” (103).

Outro exemplo expressivo encontramos em discurso pronunciado por José Carlos de Macedo Soares em reunião das Associações Comerciais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Macedo Soares então presidente da Associação Comercial de São Paulo, era diretor de companhia de seguros organizada por José Maria Whitaker, do Banco Comercial. Seu discurso tinha como tema “A Crise de Numerário”. Para chegar até a questão, Macedo Soares arrolou as “aplicações de capital” que no ano de 1924 se faziam em São Paulo: construções de imóveis, aumento do capital dos bancos e da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, grandes transações com indústrias (Fábrica Maria Zélia e Cia. Nacional de Tecidos de Juta); concluía então:

“Não são, é evidente, de comerciantes e industriais, todos os dinheiros que têm girado nessas transações avultadas. Uma parte provém da lavoura e das profissões liberais. Não importa. Esses algarismos sugestivos significam e é o que nos interessa, com exatidão, uma larga prosperidade econômica do Estado e conseqüente solidez da praça de São Paulo”.

Restava, no entanto, um problema a obstar essa prosperidade:

“Não é fácil, no momento fazer um diagnóstico preciso das necessidades nacionais (...). De alguns porém, não é difícil falar. Assim, o Banco do Brasil não correspondeu à expectativa de seus adeptos (...). O certo, é que ele chegou ao limite de sua capacidade emissora, vendo cada vez mais agravada a crise para cuja debelação ele se organizou. O limite legal das emissões foi ampliado de 100.000 contos. Outros decretos virão, provavelmente, autorizar novas emissões de emergência. Entretanto persiste cada vez mais intensa a crise de numerário, determinada pelo aviltamento e desvalorização crescente de nosso papel-moeda, antes que pela sua escassez” (104).

(103) SIMONSEN, R. C. *As Crises no Brasil*. S. Paulo, S. Paulo Editora, 1930, p.p. 39-40.

(104) *O Estado de São Paulo*. 29/11/1924, p. 6.

Embora seja possível interpretar as palavras de Macedo Soares como as de um adepto da restrição monetária - já que a crise advém do aviltamento e desvalorização da moeda - acreditamos que sua postura aproxime-se daquela defendida pelo próprio Whitaker ao qual, como já notamos, Macedo Soares estava associado.

Whitaker, como presidente do Banco do Brasil, é responsável pelo estabelecimento da compensação de cheques e da Carteira de Redescontos. Ambas começam a funcionar em 1921 e conduzem a melhores condições para o funcionamento do sistema bancário. A Câmara de Compensação evitava retiradas em dinheiro já que estas podiam transformar-se apenas em operação contábil. Evidentemente, aos bancos restava vantagem importante, qual seja a de necessitar menor proporção de caixa em relação aos depósitos (105). Este efeito era acentuado pelo funcionamento da Carteira de Redescontos.

O próprio Whitaker lembrava que, sem a existência de um banco para os bancos, os estabelecimentos de crédito eram obrigados a manter o nível de caixa elevado para fazer frente a eventuais corridas aos bancos.

“Por esta forma agravavam, em vez de dirimir, as nossas dificuldades, podendo-se em verdade afirmar que, por uma fatalidade da nossa desorganização financeira, os nossos estabelecimentos de crédito nunca exerceram fielmente a sua função de distribuição de riquezas, não passando de ganhadores de juros, verdadeiras casas de prego, como acertadamente as denominava a clarividente malícia do nosso público”.

Esse procedimento necessário aos bancos parecia, a Whitaker, prejudicar de modo especial os bancos nacionais:

“Dessa cautela ruínosa, todavia, não resultava a desejada tranquilidade, nem para o público nem mesmo para os próprios estabelecimentos bancários. A desconfiança do público traduzia-se numa humilhante preferência pelos bancos estrangeiros, cujas matrizes fazem parte de organizações bancárias que lhes dão apoio completo. A intranquilidade dos bancos manifestava-se principalmente por ocasião das crises que, com mortificante regularidade, todos os anos nos atormentam”.

Concluía, finalmente:

“A todos estes inconvenientes veio dar remédio eficaz a Carteira de Redesconto... Graças a ela instalou-se a tranquilidade na nossa vida econômica; dotou-se de elasticidade o nosso sistema monetário; tornou-se possível restituir à circulação uma soma imensa, calculada, segundo os algarismos oficiais de setembro de 1920, em mais de quatrocentos mil contos e que se conservava improdutivamente nas caixas dos bancos” (106).

As operações de redesconto eram acessíveis apenas aos bancos com capital superior a cinco mil contos de réis, fato que evidentemente favorecia os grandes bancos da capital. Um autor sugere, ainda, que teria havido tratamento preferencial aos bancos nacionais, diante dos estrangeiros, de modo a conduzir ao avanço daqueles estabelecimentos em termos de participação no mercado de crédito (107).

(105) WHITAKER, J. M. *O Milagre de Minha Vida*. S. Paulo, Hucitec, 1978, p.p. 112-5.

(106) *Relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembléia Geral de Acionistas em 12 de abril de 1921*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comercio, 1921, p. 8.

(107) FRITSCH, W. “*Brazilian Economic Policy during the World Post-War Boom and Slump, 1919-1922*”. Texto para discussão nº 20. Departamento de Economia – PUC/Rio de Janeiro, Dezembro de 1981, p. 36.

Desse modo, a elasticidade monetária era particularmente favorável à expansão dos negócios bancários. Neste sentido, a crítica de Macedo Soares à moeda aviltada e desvalorizada parece ganhar sentido: a expansão monetária via Carteira de Redescontos sustentava operações comerciais efetivas de modo a evitar o aviltamento da moeda. Outros depoimentos de Macedo Soares tendem a confirmar sua identidade de visão com Whitaker (108). Trata-se, a meu ver, de clara expressão do capital bancário, solidificando nos anos vinte e, mais importante, que já pode manifestar-se sem procurar o apoio das frações propriamente cafeiras. Ou seja, o capital bancário alcança sua própria identidade e procura desligar-se do capital cafeeiro.

A postura de Simonsen, a de Macedo Soares e a de Whitaker expressam, portanto, uma articulação muito especial da economia paulista nos anos vinte. Antes deles, industriais e banqueiros podem ter formulado críticas à política do Governo. O que há de novo, nos anos vinte, é o próprio sentido da crítica: não há mais referências aos problemas da cafeicultura cujos reflexos atingiriam a indústria e os bancos. A preocupação está agora centrada na produção e circulação de mercadorias no mercado interno.

Em suma, a própria atitude de importantes personagens da economia paulista reafirma a hipótese que vem sendo exposta. Em particular, o capital bancário pode expressar seus interesses específicos exatamente porque seu movimento agora é sustentado não apenas pelo café, mas por conjunto de atividades bem mais amplo e voltado, principalmente para o mercado interno. De resto, este fato justifica também o aumento relativo dos depósitos diante das exportações de café.

Todas essas transformações, em particular Câmara de Compensação e a Carteira de Redescontos, favorecem adicionalmente a expansão do sistema bancário. A redução do coeficiente Caixa/Depósitos e o aumento da relação Empréstimos/Depósitos, apresentados na Tabela 15, refletem a existência de condições operacionais que garantem maior rentabilidade ao setor bancário. Esses mesmos efeitos, e algumas outras características do desenvolvimento bancário na Primeira República, podem ser observados a seguir, com base em informações individualizadas para alguns bancos de maior permanência na economia paulista. As Tabelas 16 a 21 concentram as informações sobre o Banco do Commercio e Indústria de São Paulo, Banco de São Paulo, Banco Comercial do Estado de São Paulo, Bank of London & South America, Banca Francese e Italiana per l'America del Sud e First National City Bank of New York. Vale notar, os dados do Bank of London são a soma dos referentes ao London & Brazilian Bank e ao London River & Plate Bank até 1922. Nesse ano, há a fusão dos dois estabelecimentos no Bank of London & South America.

---

(108) "No quadriênio 1918-1922, o grande banqueiro Dr. José Maria Whitaker, fez prodígios na Carteira de Redescontos, parcamente dotada, que criou no Banco do Brasil. Já no governo seguinte, o Banco, adquirindo capacidade emissora, deixou de fazer normalmente o redesconto. E sobre os famosos 10 milhões de libras que serviam de fundo de garantia à circulação fiduciária do Tesouro, o Banco emitiu o seu papel. Mas, na segunda parte do mesmo quadriênio, a política inflacionista foi substituída pelo drástico da desinflação violenta". SOARES, J. C. de M. *O Banco do Brasil como Banco Central de Emissão e Redesconto*. S. Paulo, Instituto D. Ana Rosa, 1929, p. 20.

TABELA 15  
COEFICIENTES DO SISTEMA BANCÁRIO  
CAIXA/DEPÓSITOS  
EMPRÉSTIMOS/DEPÓSITOS

ANO	CAIXA	EMPRÉSTIMOS	ANO	CAIXA	EMPRÉSTIMOS
	DEPÓSITOS	DEPÓSITOS		DEPÓSITOS	DEPÓSITOS
1895	0,369	1,144	1913	0,352	1,420
96	0,385	1,066	14	0,532	1,069
97	0,482	0,951	15	0,435	0,715
98	0,608	1,168	16	0,421	0,870
99	0,502	1,150	17	0,396	0,943
1900	0,557	0,999	18	0,378	0,886
01	0,549	1,187	19	0,293	0,797
02	0,452	1,349	1920	0,394	0,942
03	0,512	1,534	21	0,395	0,931
04	0,489	0,921	22	0,353	0,812
05	0,391	1,080	23	0,337	1,008
06	0,360	1,016	24	0,328	1,050
07	0,374	0,934	25	0,303	0,984
08	0,435	1,094	26	0,301	0,887
09	0,516	0,636	27	0,283	0,932
1910	0,413	0,866	28	0,237	0,924
11	0,401	0,801	29	0,285	1,040
12	0,335	1,048	1930	0,243	1,068

FONTE: Apêndice.

O Banco do Commercio e Industria e o Banco de São Paulo nascidos no mesmo ano de 1889, apresentam diferenças significativas em seu desenvolvimento. O Commercio e Industria já surge em patamar operacional superior ao de São Paulo pois herdara a experiência e a clientela da Casa Bancária da Província de São Paulo. Ao longo da Primeira República, tal diferença se mantém ou mesmo se acentua, com certeza pela natureza das operações realizadas a expressar os vínculos mantidos com diferentes setores da economia. Já caracterizamos o Banco Commercio e Industria como o estabelecimento típico do grande capital paulista. Sua diretoria se reproduzia, integral ou parcialmente, em tantas outras empresas de grande porte. Já para o Banco de São Paulo, os vínculos com outras grandes empresas, embora existentes, não são tão numerosos; por outro lado, este banco manteve relações com instituições de crédito do interior, relações essas que, por vezes, lhe foram particularmente prejudiciais. Já vimos que o presidente do Banco de São Paulo nos anos noventa, Conde de Pinhal, também era presidente de um banco de Piracicaba. Mais tarde, a falência de outro estabelecimento de crédito da mesma cidade teria ocasionado a perda de grandes somas pelo Banco de São Paulo, evento já descrito neste capítulo.

Já o Banco do Commercio e Industria, mesmo que fosse objeto de prejuízos pela insolvência de devedores, podia mesmo beneficiar-se de certas conjunturas de crise. Assim, sua diretoria registrava que, em 1900, apesar da "situação precária do movimento comercial do país" o banco conseguira ampliar seus negócios, em especial pela "anormalidade das circunstâncias que se impuseram aos estabelecimentos congêneres" (109). Em outra conjuntura de crise, no início dos anos vinte, o Banco é o único estabelecimento nacional (ao lado de vários estrangeiros) que desconta promissórias emitidas pela Companhia Mecânica e Importadora, com endosso do Tesouro Nacional, representativas de compras de café feitas com a autorização do Governo Federal (110). Desse modo, percebemos como a solidez do Banco Commercio e Industria acabava por gerar operações que amenizavam para ele, as conjunturas desfavoráveis da economia.

Os dados das Tabelas 16 e 17 permitem visualizar tais tendências. A crise do fim do século passado é bem mais nítida no Banco de São Paulo do que no Commercio e Industria. Neste, em apenas dois anos o nível de depósitos reduz-se de modo drástico (1900 e 1905). Nos demais, há flutuações em torno dos valores de 1897 e 1899, os mais elevados, em termos nominais, para aqueles anos. De 1907 em diante, os valores elevam-se rapidamente, configurando, portanto, outra situação. No caso do Banco de São Paulo os dados são menos brilhantes: de 1900 a 1905, os depósitos mantêm-se bem abaixo dos valores anteriores, embora haja, a partir de 1906, a mesma recuperação do outro estabelecimento. Do mesmo modo, durante a Primeira Guerra, a redução do nível de depósitos atinge o Banco de São Paulo de maneira mais profunda e mais prolongada, só logrando recuperar-se em 1919. Os anos vinte foram particularmente propícios à expansão dos negócios bancários. Mesmo assim, o Banco do Commercio e Industria parece aproveitar melhor tais oportunidades, fruto, provavelmente, de estrutura de agências mais completa já no período anterior. Aliás, em 1910, a diretoria do Banco de São Paulo chamava a atenção para a necessidade de criar novas agências (limitadas naquela época a São Paulo e Santos) (111).

Todos os dados comentados até aqui dizem respeito a valores nominais. No entanto, os dados mais próximos de "valores reais" - ou seja, descontados os efeitos das variações de preços - confirmam as conclusões acima. Referimo-nos ao valor percentual do dividendo anual e à relação entre o lucro operacional e o valor de capital e reservas.

Sabemos que, nos dois casos, a aproximação a valores corretamente corrigidos é imperfeita. Mesmo Assim, adotamos tais valores como aproximações razoáveis, dada a impossibilidade de contarmos com estimativas das variações de preços que permitam estimativas dignas de confiança.

---

(109) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 10/3/1901, p.p. 801-2.

(110) Congresso Nacional. *Anaes da Camara dos Deputados*, 1922. Vol. XVIII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923, p. 247.

(111) *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 26/2/1910, p. 642.

TABELA 16  
BANCO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO

Ano	Caixa	Depósitos	Empréstimos	Capital Realizado	Fundo de Reserva	Dividendos	Did. Cap.	Lucro	Lucro Cap. + Res.
1894	100,0	100,0	100,0	5.000	4.500	100,0	22,0	100,0	28,6
95	129,0	106,8	114,9	5.000	5.600	113,6	25,0	80,2	20,6
96	114,2	93,4	113,5	5.000	7.200	204,5	45,0	93,2	21,8
97	252,4	142,9	111,4	5.000	7.800	122,7	27,0	138,6	32,5
98	143,1	110,1	119,1	5.000	8.900	113,6	25,0	92,7	21,7
99	237,3	130,8	107,5	5.000	10.000	113,6	25,0	84,3	19,8
1900	154,3	97,4	121,6	5.000	11.000	113,6	25,0	104,2	17,3
01	279,0	163,7	139,8	10.000	6.000	137,5	15,1	98,6	14,9
02	182,8	124,9	139,4	10.000	6.000	148,6	16,4	93,1	13,3
03	198,2	113,6	128,5	10.000	9.000	145,5	16,0	73,6	10,3
04	181,7	122,7	130,2	10.000	9.000	148,5	16,3	82,8	11,2
05	136,8	92,1	133,4	10.000	10.000	145,5	16,0	80,1	10,6
06	84,7	114,0	152,2	10.000	10.000	152,4	16,8	90,3	11,6
07	183,9	147,5	177,1	10.000	10.000	148,9	16,4	73,1	9,4
08	184,2	140,2	170,1	10.000	10.000	149,1	16,4	89,4	11,5
09	399,8	216,0	135,8	10.000	10.000	166,3	18,3	130,1	16,8
1910	279,9	192,5	213,9	10.000	10.000	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
11	411,8	284,2	261,8	10.000	10.000	167,8	18,3	76,4	9,8
12	207,2	210,8	268,0	10.000	12.500	168,5	18,5	110,4	12,6
13	112,1	140,2	206,4	10.000	12.500	163,6	18,0	128,6	14,7
14	312,1	222,2	256,9	10.000	12.500	173,4	19,0	100,2	11,5
15	349,4	210,4	212,0	10.000	12.500	163,0	18,0	206,8	23,7
16	329,2	259,6	304,0	10.000	12.500	163,0	18,0	137,3	15,7
17	313,5	244,5	327,9	10.000	22.000	181,8	20,0	171,6	16,4
18	292,7	263,3	341,0	10.000	24.000	181,8	20,0	122,5	10,9
19	363,5	336,8	418,2	20.000	14.000	250,0	14,0	186,5	16,0
1920	245,1	345,6	545,5	20.000	n.d.	363,6	20,0	411,5	30,3
21	464,1	502,7	659,6	20.000	n.d.	363,6	20,0	230,8	17,0
22	538,3	654,0	844,3	20.000	20.500	381,8	21,0	197,9	12,7
23	648,8	769,3	985,8	20.000	25.500	400,0	22,0	255,6	16,5
24	921,6	806,3	1.093,5	20.000	45.700	500,0	27,5	500,3	19,8
25	746,8	810,0	1.179,6	50.000	51.200	863,6	19,0	608,2	15,7
26	822,2	881,1	1.264,9	50.000	51.800	1.091,0	24,0	600,4	15,5
27	783,9	1.097,7	1.663,7	50.000	52.567	1.091,0	24,0	798,1	20,5
28	789,0	805,8	1.734,3	60.000	62.092	1.309,0	24,0	828,4	17,8
29	643,3	708,7	1.227,1	60.000	62.492	1.309,0	24,0	482,9	10,4
1930	656,3	521,8	855,9	60.000	62.492	897,7	16,5	387,2	8,3

FONTÊ: Apêndice.

NOTAS: Caixa, Depósitos, Empréstimos, Dividendos e Lucro: Número-Índices com base em 1894 igual a 100.

Capital Realizado e Fundo de Reserva - valores em contos de réis.

Dividendos/Capital e Lucro/Capital + Reservas - valores percentuais.

Valores para 1894, em contos de réis:

Caixa	12.573
Depósitos	35.124
Empréstimos	23.194
Dividendos	1.100
Lucro	2.575

TABELA 17  
BANCO DE SÃO PAULO

Ano	Caixa	Depósitos	Empréstimos	Capital Realizado	Fundo de Reserva	Dividendos	Div. Cap.	Lucro	Lucro Cap. + Res.
1895	100,0	100,0	100,0	5.000	1.370	100,0	15,0	100,0	14,2
96	124,5	100,0	103,9	5.000	1.500	114,8	17,2	104,2	14,5
97	271,8	118,2	89,0	5.000	1.620	100,0	15,0	37,9	5,1
98	182,2	92,7	82,7	5.000	1.714	110,0	16,5	95,8	12,9
99	232,8	117,5	100,9	5.000	1.784	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
1900	179,7	64,6	82,2	5.000	1.864	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
01	121,3	72,2	90,5	5.000	1.924	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
02	117,9	65,4	88,1	5.000	2.000	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
03	152,5	72,5	83,3	5.000	2.000	80,0	12,0	66,2	8,6
04	225,9	111,9	94,7	5.000	2.000	82,7	12,4	62,3	8,1
05	160,4	89,9	92,1	5.000	2.000	80,0	12,0	66,2	8,6
06	205,2	161,8	136,5	5.000	2.043	80,0	12,0	78,7	10,1
07	245,7	209,5	165,9	5.000	2.100	80,0	12,0	83,8	10,7
08	152,6	117,0	121,1	5.000	2.165	80,0	12,0	77,9	9,9
09	220,0	147,6	120,4	5.000	2.205	80,0	12,0	54,3	6,8
1910	237,7	195,8	153,1	5.000	2.250	88,7	13,3	73,1	9,1
11	416,4	286,8	189,6	5.000	2.300	80,0	12,0	75,4	9,4
12	342,3	271,3	194,5	5.000	2.357	80,0	12,0	72,0	8,9
13	162,6	149,7	134,6	5.000	2.417	80,0	12,0	72,5	8,9
14	120,9	119,5	120,3	5.000	2.477	50,0	7,5	65,6	7,9
15	119,1	88,6	98,6	5.000	2.537	43,3	6,5	53,2	6,4
16	106,5	92,6	102,0	5.000	2.587	43,3	6,5	35,2	4,2
17	152,5	115,4	109,5	5.000	2.630	43,3	6,5	42,8	5,1
18	210,3	144,5	127,2	5.000	2.670	53,3	8,0	47,6	5,6
19	330,2	239,4	204,6	9.000	2.750	64,0	5,3	65,4	5,0
1920	259,6	213,9	218,1	11.000	2.850	114,7	7,8	102,2	6,7
21	310,7	276,9	255,6	11.000	2.950	117,3	8,0	107,9	7,0
22	546,7	415,6	337,1	11.000	3.125	117,3	8,0	131,6	8,4
23	670,7	543,8	418,1	11.000	3.757	117,3	8,0	192,2	11,8
24	702,6	645,8	546,2	17.000	5.000	162,0	7,2	293,9	12,1
25	495,8	398,6	432,7	20.700	6.100	274,8	10,0	351,8	11,9
26	622,8	358,2	385,8	20.700	7.000	282,3	10,0	348,9	11,4
27	1.008,9	693,3	629,1	28.700	8.000	379,6	9,9	418,9	10,3
28	1.344,6	983,9	924,5	45.000	10.600	486,7	8,1	519,9	8,5
29	1.599,4	694,3	720,4	50.000	11.700	590,9	8,9	583,4	8,6
1930	1.079,3	481,4	632,4	50.000	11.700	473,3	7,1	369,1	5,4

FONTE: Apêndice.

NOTAS: Caixa, Depósitos, Empréstimos, Dividendos e Lucro - Números-Índices com base em 1895 igual a 100.

Capital Realizado e Fundo de Reserva - valores em contos de réis.

Dividendos/Capital e Lucro/Capital + Reservas - valores percentuais:

Valores para 1895 em contos de réis.

Caixa . . . . .	2.096
Depósitos . . . . .	9.285
Empréstimos . . . . .	10.658
Dividendos . . . . .	750
Lucro . . . . .	906

A conclusão mais evidente está no nível superior de rentabilidade do Banco do Commercio e Industria, seja por seus dividendos, seja pelo lucro operacional. Os períodos de crise já indicados (em particular de 1900 a 1906 e durante a Primeira Guerra) impõem redução de dividendos e da própria lucratividade embora também aqui o Banco de São Paulo seja atingido de modo mais profundo.

É importante notar que o Banco do Commercio e Industria conseguiu elevar o capital realizado de 5 mil contos até 20 mil contos apenas por meio de utilização de reservas. Evidentemente, o acionista tinha, por essa via, seu "capital" corrigido, pelo valor nominal das ações, no equivalente a quatro vezes o capital inicial. A rentabilidade efetiva poderia ser melhor aquilatada com informações relativas ao preço das ações em Bolsa. Mesmo sem essa informação, temos elementos para conhecer a rentabilidade média no período.

Aliás, os dados da Tabela 18, referentes ao Banco Comercial de São Paulo, confirmam as tendências já observadas. Fundado em 1912, este banco já enfrenta, de início, os problemas gerados pela Primeira Guerra. Mesmo assim, sua expansão é rápida e vigorosa: nos anos vinte, já consegue equiparar-se, em volume de depósitos, ao Commercio e Indústria. Sua lucratividade e seus dividendos situam-se, no entanto, em nível inferior (embora acima do Banco de São Paulo). Os dados disponíveis sugerem ser tal fato decorrência do esforço de capitalização do Banco Comercial que lhe permite, ao fim do período, ter volume de capital e reservas superior ao do Commercio e Indústria.

É difícil avaliar em que medida os ganhos do sistema bancário, nos anos vinte, refletem as mudanças institucionais anteriormente referidas (Câmara de Compensação e Carteira de Redescontos) ou o crescimento e diversificação da própria economia. De qualquer modo, os dados apresentados indicam que o capital bancário conseguia obter remuneração crescente nesses anos, elemento adicional a justificar a hipótese de sua progressiva identificação como fração autônoma e não mais como parcela do capital cafeeiro.

Resta observar o que ocorria com os bancos estrangeiros. Os dados disponíveis, menos ricos do que os bancos nacionais, permitem apenas algumas indicações. Os bancos estrangeiros publicavam, no Brasil, apenas seus balancetes; não dispomos, portanto, das informações relativas à conta de "Lucros e Perdas" que permite identificar o nível de lucratividade.

As linhas gerais de seu desenvolvimento assemelham-se às dos bancos nacionais. Nos mesmos momentos de crise sofrem seus efeitos pela redução de seu nível operacional, recuperando-se de modo similar uma vez passada a conjuntura desfavorável. Algumas particularidades podem ser anotadas: o London & River Plate Bank (aqui englobado sob o título de Bank of London) teria, nos anos da crise cafeeira (de 1900 a 1906), melhores condições de evitar declínio de suas operações por ser intermediário do empréstimo de consolidação. Se lembrarmos ainda que o outro banco inglês aí agregado - London & Brazilian - tinha a conta da Companhia Mogiana e que este período não foi absolutamente de crise para as ferrovias, podemos entender porque seus depósitos reduzem-se pouco no período.

Nos anos vinte, duas observações são obrigatórias. Por um lado, o crescimento proporcionalmente menor de depósitos e empréstimos, comparado ao dos bancos nacionais, a confirmar o já exposto sob outras formas. Por outro, a progressiva redução

**TABELA 18**  
**BANCO COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Ano	Caixa	Depósitos	Empréstimos	Capital Realizado	Fundo de Reserva	Dividendos	Div. Cap.	Lucro	Lucro Cap. + Res.
1913	100,0	100,0	100,0	7.200	200	100,0	2,5	100,0	7,5
14	122,7	193,9	149,3	7.200	200	194,6	5,0	78,4	5,8
15	192,9	299,1	160,2	7.200	500	280,0	7,2	199,8	14,3
16	192,4	342,5	189,0	7.200	700	311,4	8,0	125,4	8,7
17	183,5	439,8	295,9	7.200	1.000	321,1	8,2	205,1	13,8
18	428,7	763,8	420,5	7.200	2.000	375,7	9,6	295,1	17,7
19	360,8	1.087,6	738,9	12.000	5.000	473,5	7,3	398,9	12,9
1920	315,6	980,2	724,3	12.000	6.500	778,4	12,0	640,5	19,1
21	575,7	1.440,2	962,7	15.000	9.000	778,4	9,6	457,7	10,5
22	709,0	1.944,9	1.331,3	18.000	11.000	1.102,7	11,3	589,5	11,2
23	856,7	2.205,1	1.739,7	28.130	18.070	1.167,6	20,0	1.019,9	12,2
24	1.169,3	3.051,2	2.359,0	36.460	26.880	2.254,1	11,4	1.417,8	12,3
25	1.364,6	2.811,3	2.356,5	45.000	36.000	3.846,5	15,8	1.988,4	13,5
26	1.427,5	3.424,7	2.739,7	45.000	38.000	4.864,9	20,0	1.925,4	12,8
27	1.635,7	4.037,3	3.281,5	56.125	47.442	5.755,1	19,5	2.361,5	12,6
28	1.346,8	4.402,2	3.877,8	60.000	53.000	6.530,8	20,0	2.712,5	13,2
29	2.216,7	3.322,8	2.851,6	82.600	54.000	6.007,0	13,5	2.415,8	9,7
1930	2.286,9	3.107,8	2.657,3	87.000	54.000	5.674,6	12,1	1.882,4	7,4

FONTE: Apêndice.

NOTAS: Caixa, Depósitos, Empréstimos, Dividendos e Lucro: Números-Índices com base em 1913 igual a 100.

Capital Realizado e Fundo de Reserva - valores em contos de réis.

Dividendos/Capital e Lucro/Capital + Reservas - valores percentuais.

Valores para 1913 em contos de réis:

Caixa . . . . .	4.540
Depósitos . . . . .	6.136
Empréstimos . . . . .	8.370
Dividendos . . . . .	185
Lucro . . . . .	551

*TABELA 19*  
*BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA*

1893-1922 – London & Brazilian Bank  
1899-1922 – London & River Plate Bank  
1923 – Bank of London & South America

ANO	CAIXA	DEPÓSITOS	EMPRÉST.	ANO	CAIXA	DEPÓSITOS	EMPRÉST.
1893	100,0	100,0	100,0	1911	568,9	885,2	772,5
94	106,8	112,7	60,8	12	431,1	613,8	937,8
95	113,2	123,0	96,3	13	364,1	642,9	820,0
96	145,4	190,8	170,8	14	521,4	609,1	637,2
97	167,9	240,5	188,5	15	508,4	639,7	672,1
98	170,3	235,6	242,7	16	443,2	702,1	719,7
99	247,1	322,1	227,1	17	567,5	683,8	738,9
1900	413,5	361,2	195,9	18	808,5	959,8	1.139,6
01	337,8	348,5	179,0	19	529,5	931,3	1.024,6
02	211,8	279,4	217,6	1920	1.265,3	1.340,8	1.621,5
03	199,4	305,5	392,7	21	1.236,3	1.694,5	1.832,5
04	195,5	311,4	238,8	22	1.420,1	1.984,4	1.810,8
05	176,8	263,5	232,3	23	1.317,6	1.946,8	2.532,8
06	167,9	286,4	214,1	24	1.189,2	2.074,9	3.146,3
07	261,9	342,4	274,7	25	1.265,1	2.515,7	3.071,1
08	322,6	371,4	343,0	26	938,9	2.252,3	2.758,5
09	295,0	477,8	313,1	27	848,3	1.890,9	2.034,9
1910	414,9	589,9	568,2	28	835,6	2.050,5	2.688,8
				29	1.115,6	1.516,1	2.129,4
				1930	798,9	1.435,3	1.864,2

FONTE: Apêndice.

NOTA: Caixa, Depósitos e Empréstimos em Números-Índices com 1983 = 100.

Valores para 1893 em contos de réis:

Caixa . . . . .	2.677
Depósitos . . . . .	5.052
Empréstimos . . . . .	4.158

*TABELA 20*  
*BANCA FRANCESE E ITALIANA PER L'AMERICA DEL SUD*

ANO	CAIXA	DEPÓSITOS	EMPRÉSTIMOS
1910	100,0	100,0	100,0
11	171,5	131,6	252,9
12	125,3	138,1	272,8
13	121,4	88,7	299,1
14	169,9	93,4	106,4
15	227,2	198,0	162,9
16	189,9	154,3	176,4
17	208,9	235,1	244,8
18	420,3	397,5	426,3
19	363,3	737,2	403,6
20	676,3	758,8	547,2
21	525,8	546,0	575,3
22	588,4	600,6	585,2
23	617,2	706,5	867,8
24	572,0	798,9	860,7
25	412,7	756,9	905,5
26	424,3	632,9	758,5
27	310,4	705,9	979,9
28	242,0	743,2	1.128,8
29	233,9	453,7	919,4
1930	142,1	426,8	622,4

FONTE: Apêndice.

NOTAS: Caixa, Depósitos e Empréstimos em Números-Índices com 1910 = 100.

Valores para 1910 em contos de réis:

Caixa ..... 12.576  
 Depósitos ..... 26.996  
 Empréstimos ..... 18.166

TABELA 21  
THE FIRST NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK

ANO	CAIXA	DEPÓSITOS	EMPRÉSTIMOS
1915	100,0	100,0	100,0
16	152,5	229,3	609,4
17	167,4	432,2	706,3
18	125,6	935,3	719,2
19	335,4	1.370,9	994,6
1920	455,5	1.599,2	980,7
21	514,9	1.128,3	865,7
22	432,7	954,0	845,7
23	362,4	1.214,3	1.449,0
24	277,5	1.533,5	1.658,1
25	324,5	1.837,2	1.402,8
26	509,6	2.038,3	1.536,0
27	339,9	2.643,2	1.815,0
28	416,5	3.560,8	2.923,4
29	608,7	4.592,5	3.160,5
1930	541,2	4.443,4	3.020,0

FONTE: Apêndice.

NOTAS: Caixa, Depósitos e Empréstimos em Número-Índices com 1915 = 100

Valores para 1915 em contos de réis:

Caixa ..... 4.068

Depósitos ..... 1.964

Empréstimos ..... 2.820

do coeficiente de caixa dos bancos estrangeiros. É certo que, em geral, parte-se de patamar relativamente alto. Os bancos estrangeiros caracterizam-se por manter em caixa cerca de 50% de seus depósitos. Nos anos vinte, talvez pela existência do Redesconto esse coeficiente reduz-se bastante.

O City Bank, no entanto, amplia seus negócios em ritmo semelhante ao dos bancos nacionais. Talvez seja plausível admitir que o avanço de empresas americanas nessa época conduzisse a tal resultado. A indústria química e farmacêutica, a automobilística, a de eletricidade e a de congelamento de carnes são os principais ramos de investimento norte-americano (112).

(112) BARRETO, A. E. M. *Relações Econômicas e o novo alinhamento internacional do Brasil (1870-1930)*. Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. S. Paulo, 1977 (mimeo), p.p. 155-7.

A história dos bancos estrangeiros em São Paulo não pode, portanto, ser compreendida apenas pelo movimento geral da economia, mas deve considerar as peculiaridades das diferentes economias nacionais de que se originam tais bancos e os vínculos particulares com grupos financeiros internacionais ou mesmo empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Tal estudo, no entanto, está além do necessário para a discussão que nos propomos fazer.

Acreditamos, por isso, que a caracterização do sistema bancário de São Paulo, entre 1890 e 1930, elaborada ao longo deste capítulo, é suficiente para podermos avançar rumo à Terceira Parte em que procuraremos compreender as diferentes posturas de elementos representativos de setores da economia paulista em relação aos problemas da moeda e do crédito e, finalmente, tentar concluir a respeito da posição do crédito na economia paulista no período em foco.

**TERCEIRA PARTE**  
**MOEDA E CRÉDITO EM SÃO PAULO (1850-1930):**  
**DA VISÃO DE SEUS CONTEMPORÂNEOS ÀS CONCLUSÕES DO ESTUDO**